



ESTADO DA PARAÍBA  
*Assembléia Legislativa*

AO EXPEDIENTE DO DIA

16 de 12 de 1996

Em, 16 de 12 de 1996

Presidente

RECURSO Nº 31/96


Senhor Presidente,

O Deputado infra-assinado, dirige-se a Vossa Excelência para solicitar que, nos termos do § 3º, do art. 108, do Regimento Interno, seja recebido o Recurso contra o parecer conclusivo da Comissão de Constituição Justiça e Redação, ao Projeto de Lei relacionado, em anexo, de forma a proporcionar um amplo debate em Plenário sobre a matéria apresentada.

N. Termos,  
P. E. Deferimento.

João Pessoa 13 de dezembro de 1996

  
**Vital Filho**  
**Dep. Estadual**

  
Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente  
Em 16 de 12 de 96  
Diretor da Ass. ao Plenário



ESTADO DA PARAÍBA  
*Assembléia Legislativa*



PROJETO DE LEI DO DEPUTADO VITAL FILHO QUE  
TEVE PARECER PELA DECLARAÇÃO DE  
INCONSTITUCIONALIDADE APROVADO NA COMISSÃO  
DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROJETO Nº 585/96

**EMENTA:** Estabelece espaço obrigatório na Imprensa Oficial  
do Estado da Paraíba e dá outras providências.



**Estado da Paraíba**  
**Assembleia Legislativa**

PROJETO DE LEI Nº 585 / 96

ESTABELECE O SPAL DO ESTADO  
FORO NA IMPRENSA E NO  
ESTADO DA PARAÍBA E DAS  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica estabelecido espaço permanente e obrigatório nos veículos oficiais da imprensa oficial do Estado para veiculação de fotos de crianças desaparecidas.

1º - O espaço de que trata o artigo será de caráter permanente, tanto em formato definitivo.

2º - Compete a empresa estabelecer o tempo de veiculação de cada mensagem que deverá ser igual para todos.

Art. 2º - A empresa de comunicação oficial do Estado fica responsável por garantir material tecnicamente falho e que não permita uma divulgação com qualidade de identificação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - em nenhuma hipótese será permitida a veiculação de mensagens sem a fotografia da criança.

Art. 3º - Para veiculação gratuita de que trata esta Lei deve constar obrigatoriamente:

- I - Fotografia da Criança
- II - Nome Completo
- III - Filiação
- IV - Local de onde desapareceu ou foi visto pela última vez
- V - Endereço de familiares para contato

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 15 de outubro de 1996.

**VITAL DO REGO FILHO**  
Deputado Estadual



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa



## JUSTIFICAÇÃO

A cada dia no Brasil a população se mobiliza em apoio a famílias de crianças desaparecidas e, neste aspecto, o próprio poder público deve colaborar com os instrumentos ao seu alcance, sendo a imprensa oficial do Estado um veículo de ampla circulação e de fácil acesso público, fato que possibilita uma ampla difusão nas matérias que nele são veiculados.

Ao lançarmos a apreciação dos nobres deputados esta propositura, o fazemos baseados na sua dimensão social, mais voltado para aquelas famílias duramente atingidas pela dor do desaparecimento de uma criança mas que se vê impotente diante das dificuldades e da falta de recursos financeiros para divulgar o fato com maior amplitude. Entendemos que a imprensa oficial do Estado deva cumprir a sua missão específica e a ela atrelar um apelo social que possibilite transformá-la numa referência para a comunidade que buscará em suas páginas a identificação de crianças desaparecidas.

Assim, temos certeza de que esta <sup>proposta</sup>propositura será avaliada em toda a sua profundidade e, temos certeza de que esta Casa não criará obstáculos em sua tramitação em nome da família, da sociedade, da vida e das crianças da Paraíba.





*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

